



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

1. Identificação

| | | | |
|---|---------------------------|----------------|------------------------|
| Dados da Instituição: Instituto Federal Catarinense – Campus Santa Rosa do Sul | | | |
| CNPJ: 10.635.424/0006-90 | | | |
| Endereço: Rua das Rosas, S/Nº | | | |
| Bairro: Vila Nova | Cidade: Santa Rosa do Sul | CEP: 88965-000 | Telefone: 48-3534-8000 |

| | | | |
|--|----------------------------------|---------------|--|
| Proponente: Suzana Maria Pozzer da Silveira | | | |
| Setor em que está localizado: Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) | | | |
| Cargo/Função: docente | CPF: 706029050-87 | SIAPE:1056608 | |
| Telefone celular: 48 996076664 | Telefone comercial: 48-3534-8000 | | |
| Endereço eletrônico (e-mail): suzana.silveira@ifc.edu.br | | | |
| Carga horária no curso (caso participe): 45h | | | |

Colaboradores (Docentes e técnico-administrativos envolvidos no curso)

| Nome* | Cargo/Formação | Unidade Curricular | Carga horária no curso** |
|--------------------------------|---|------------------------------|--------------------------|
| Amanda D'Avila Verardi | Professora EBTT / doutorado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| André Luiz Rodrigues Gonçalves | Professor EBTT / doutorado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| André Morando | Professor EBTT / doutorado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Cláudio Luiz Melo da Luz | Técnico em Assuntos Educacionais / mestrado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Davi César da Silva | Professor EBTT / doutorado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Eliana Silva da Silva | Assistente de Alunos / especialização | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Emmanuel de Bem | Assistente de Alunos / licenciatura | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

| | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------|
| Jéssica Schmidt Bellini | Professora EBTT / doutorado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Kênia Zanella | Professora EBTT / mestrado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Liliane Cerdótes | Professora EBTT / doutorado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Luis Antonio Biulchi | Professor EBTT / mestrado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Luís Fernando Rosa de Lima | Professor EBTT / mestrado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Mariluci Almeida da Silva | Pedagoga / mestrado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Miguelangelo Ziegler Arboitte | Professor EBTT / doutorado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Patrick de Souza Girelli | Professor EBTT / mestrado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |
| Suzana Maria Pozzer da Silveira | Professora EBTT / doutorado | IFC Campus Santa Rosa do Sul | A definir |

* Observação 1: os nomes apresentados neste quadro são de docentes e TAEs envolvidos no grupo de trabalho que estuda assuntos inerentes ao EJA-EPT no IFC Campus Santa Rosa do Sul.

** Observação 2: como o Edital nº 34/2024 da Reitoria do IFC prevê a formalização de edital para escolha de docentes e coordenação do curso de qualificação profissional, as cargas horárias no curso não foram estabelecidas, pois alguns poderão vir a ser docentes do curso ou continuarão atuando como integrantes do GT EJA-EPT do Campus.

2. Apresentação

Apresentação do Campus:

O Campus Santa Rosa do Sul foi implantado em 1993, a fim de atender a demanda dos assentamentos rurais, iniciados em 1987, pela Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL). Trata-se de uma área rural do município de Santa Rosa do Sul onde ficava a antiga sede da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), hoje Instituto Federal Catarinense - Campus Santa Rosa do Sul (IFC-SRS) (FARIAS, 1998). Caberia ao campus, em parceria com uma série de instituições, propiciar apoio à Vila Nova e região, assentamento de pequenos agricultores e demais comunidades, principalmente na área de irrigação e drenagem, além de contribuir para o desenvolvimento rural do Extremo Sul Catarinense (REINKE, 2016).

Atualmente, o Campus IFC/SRS oferece o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, os Cursos de Graduação em Engenharia Agrônoma e Zootecnia. A



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

clientela do Campus IFC/SRS inclui estudantes de diferentes regiões de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e, em número menor, de outras regiões do país. Grande parte desses estudantes são filhos de agricultores, pecuaristas e fumicultores.

3. Dados Gerais do Curso

Nome do curso: Curso de Qualificação Profissional em Agricultura Familiar articulado à educação de jovens e adultos - parceria com a rede estadual de Santa Catarina e municipal de Praia Grande e de São João do Sul

Eixo tecnológico: Recursos Naturais

Categoria: (x) Formação inicial () Formação continuada

Carga horária: 200h

Escolaridade mínima: ensino fundamental incompleto (EJA)

Números de vagas (turma): 30

Periodicidade das aulas: quinzenal

Modalidade de oferta: (x) Presencial () Distância

Turno: diurno

Local de oferta: diversos (Campus, Escolas, APLs)

4. Justificativa

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio estabelecem que a Educação de Jovens e Adultos seja articulada, preferencialmente, com a Educação Profissional e Tecnológica, com objetivo de propiciar simultaneamente a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores. Desse modo, os Institutos Federais são obrigados a disponibilizar pelo menos dez por cento de suas vagas em cursos direcionados à Educação de Jovens e Adultos.

A demanda da classe trabalhadora pelo acesso à escola é uma marca profunda na história do país, e que, ainda hoje, se mantém reprimida, deixando grande parte da população à margem do acesso à educação escolar. Atualmente, no Brasil, 68 milhões de jovens, adultos e idosos acima de 18 anos ainda não terminaram a educação básica (INEP, 2023; IBGE, 2023). Em Santa Catarina, de uma demanda de 51,32% de matrículas nesta modalidade, são atendidas apenas 1,81% (LAFFIN, 2024).

Neste cenário, o IFC assume a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como política centrada na integração entre formação geral e educação profissional – educação integrada. Tal política busca romper com a lógica de programas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

focais, imediatistas e fragmentados, com caráter de treinamento para o trabalho centrado na empregabilidade, e coloca como desafio incorporar à formação de jovens e adultos às novas formas de relação com o trabalho. A formação humana não é exclusividade do mundo do trabalho ou do mundo da educação, o que implica percebê-la como ponto de intersecção entre trabalho e educação. “Nessa intersecção, que compreende múltiplas dimensões, a qualificação nunca é apenas 'profissional' (dimensão técnica), mas 'social' (dimensão sociolaboral)” (BRASIL, 2007, p. 46).

Face ao exposto, o Campus do IFC de Santa Rosa do Sul ofertará um Curso de Qualificação Profissional em Agricultura Familiar, com vistas a fortalecer os Arranjos Produtivos Locais (APL) do território do Extremo Sul Catarinense. Trata-se de uma região com predominância do meio rural sendo, em geral, constituída de pequenas propriedades (ESTEVAM; JORGE; SALVARO, 2014). O foco principal do curso será o fortalecimento da intersetorialidade e da sustentabilidade na agricultura familiar, com vistas a atender as demandas locais.

Em função das mudanças nos processos produtivos, da complexidade do meio rural, da importância das conexões entre rural e urbano, atualmente, não faz sentido abordar as questões referentes à agricultura familiar limitadas ao enfoque setorial. A literatura recente enfatiza ser imprescindível uma abordagem intersetorial, a fim de pensar a agricultura familiar em um contexto mais amplo, territorial, envolvendo diferentes dimensões (social, cultural, econômica, política e ambiental) (BERDEGUÉ, J.A. y FAVARETO, A., 2019; VIEIRA, 2010). Outro ponto muito relevante diz respeito à sustentabilidade, sendo para este curso referenciada nos pressupostos da Agroecologia (SAUER; BALESTRO, 2009; ABRAMOVAY, 2012).

5. Objetivos do Curso (geral e específicos)

Objetivo Geral:

Contribuir na elevação da escolaridade, fortalecendo a intersetorialidade e a sustentabilidade da agricultura familiar.

Objetivos específicos:

- Contextualizar a agricultura familiar em nível de Estado e país
- Relacionar as questões da agricultura familiar do local ao global, a partir do enfoque agroecológico
- Valorizar a diversidade cultural/étnica como um diferencial positivo para os territórios



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

- Reconhecer as problemáticas de gênero e geracional no meio rural
- Compreender a dimensão sistêmica da sustentabilidade (governança territorial)
- Ampliar os conhecimentos sobre agroecologia, turismo rural, apicultura, economia familiar rural, e paisagismo para o desenvolvimento rural.

6. Público-alvo

- Estudantes da EJA, nível fundamental e médio, dos municípios de São João do Sul e Praia Grande (Remanescentes de Quilombos e EJA local).

7. Pré-requisitos e mecanismos de acesso ao curso

- Estar matriculado nos cursos EJA das escolas dos órgãos oficiais de educação parceiros;
- Atender os requisitos do Edital de vagas.

8. Perfil do egresso

O egresso deverá compreender a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial sustentável em suas diferentes dimensões (econômica, ambiental, política, cultural e social), a fim de valorizar a intersectorialidade e a sustentabilidade como imprescindíveis no fortalecimento dos APLs. Na dimensão econômica, o egresso deverá ter a capacidade de identificar a “cesta de bens” do seu território, suas especificidades e potencialidades. Na dimensão ambiental, valorizar a agroecologia como referência para o desenvolvimento da agricultura familiar. Na dimensão política, conhecer as principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, assim como a importância das parcerias/redes e laços como sendo ativos territoriais. Na dimensão cultural, considerar os valores, o patrimônio histórico-cultural, material e imaterial, a identidade e ancestralidade dos povos tradicionais, as danças, músicas, culinária e religiosidade. Na dimensão social, valorizar a equanimidade no tocante às diferenças etárias, étnicas, de gênero, racial, na construção das novas territorialidades.

Além disso, o egresso deverá ter habilidades básicas nas disciplinas ofertadas, tais como apicultura, paisagismo, economia familiar rural e turismo rural, de modo a aplicar esses conhecimentos no aprimoramento de suas atividades laborais. A partir dessa formação, o egresso deverá estar ciente que ele é o principal protagonista de todo esse processo, devendo dar seguimento às atividades propiciadas pelo curso, segundo o seu interesse e disponibilidade. Ou seja, compreender que ele é o ator principal, sendo o Campus IFC Santa Rosa do Sul um apoiador, atuando em segundo plano, em função das diversas



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

demandas, inclusive de outros municípios da AMESC e/ou do Estado. Desse modo, o egresso deverá ter consciência da importância em contatar os docentes, em buscar auxílio junto ao Campus, estreitando os vínculos com a Instituição, assim como junto aos demais atores territoriais (universidades, cooperativas, empresas, entre outros).

9. Matriz Curricular

| | Componentes Curriculares | Carga horária |
|----|----------------------------|---|
| 1. | Sociologia rural | 25h |
| 2. | Apicultura | 30h |
| 3. | Agroecologia | 30h |
| 4. | Paisagismo | 30h |
| 5. | Economia familiar rural | 30h |
| 6. | Turismo Rural | 35h |
| 7. | Políticas públicas | 20h |
| | Carga horária total | 200h (Até 60h - Tempo Comunidade/TC) |

10. Ementário

| | |
|--|---------------------------|
| Disciplina: Sociologia rural | Carga horária: 25h |
| Ementa: Contextualização da agricultura familiar, tendo por foco o território, os sujeitos e as suas especificidades. | |
| Conteúdo: Agricultura Familiar no Brasil. Os sujeitos do campo. O território e suas dimensões. | |
| Disciplina: Apicultura | Carga horária: 30h |
| Ementa: Aprimoramento das técnicas de criação de abelhas e dos produtos da colônia, visando sustento e agregação de renda. | |
| Conteúdo: Manejos de criação de abelhas, boas práticas na extração, manipulação e comercialização dos produtos da colônia. | |
| Disciplina: Agroecologia | Carga horária: 30h |
| Ementa: Princípios de produção agroecológica para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. | |
| Conteúdo: Princípios e práticas da agroecologia para sustentabilidade ambiental, social e econômica através de métodos agrícolas ecológicos. | |
| Disciplina: Paisagismo | Carga horária: 30h |
| Ementa: Introdução ao paisagismo. Principais grupos de plantas ornamentais identificação e produção. Estilos e elementos da paisagem. Planejamento, implantação e manutenção de jardins. | |
| Conteúdo: Introdução ao paisagismo. Principais grupos de plantas ornamentais. Estilos e | |



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

| | |
|--|--------------------|
| elementos da paisagem. Planejamento e elaboração de projeto paisagístico. Manutenção de jardins, transplante, poda, adubação e irrigação. | |
| Disciplina: Economia familiar rural | Carga horária: 30h |
| Ementa: Atividades zootécnicas. Geração de renda. Viabilidade econômica. | |
| Conteúdo: Contextualização das atividades zootécnicas com potencial de geração de renda no espaço rural. Técnicas apropriadas aplicadas às atividades rurais. Análise da viabilidade econômica das atividades desenvolvidas no meio rural. | |
| Disciplina: Turismo Rural | Carga horária: 35h |
| Ementa: Introdução ao turismo. Turismo rural e desenvolvimento sustentável. O produto turístico no meio rural. Agroturismo. Bases para o desenvolvimento do segmento. Práticas de referência em turismo rural. | |
| Conteúdo: Contextualização do turismo rural, práticas sustentáveis, turismo de base comunitária, geração de valor através do turismo para as propriedades. | |
| Disciplina: Políticas Públicas | Carga horária: 20h |
| Ementa: Políticas públicas para a agricultura familiar. Políticas públicas e os Arranjos Produtivos Locais - êxitos e desafios. | |
| Conteúdo: Políticas públicas para a agricultura familiar nas esferas: nacional, regional e local. Casos de sucesso e fracasso na implementação de políticas públicas na agricultura familiar. Cenários prospectivos. | |

11. Procedimentos didático-metodológicos

A integração com ambos os níveis (médio e fundamental) do propedêutico ocorrerá a partir de grandes temas transversais como cidadania e sustentabilidade, possibilitando aos docentes uma variada gama de atividades integradas, a depender da conveniência e interesse das partes. A seguir consta uma síntese dos temas que poderão ser trabalhados no âmbito da cidadania e da sustentabilidade:

Cidadania: desigualdades sociais (classe, gênero, geracional e raça); multiculturalismo; patrimônio histórico-cultural; territorialidade; relação cidade x campo; estigmas e estereótipos.

Sustentabilidade: território; trabalho solidário; governança territorial; inovações; agroecologia; multifuncionalidade; pluriatividade; sistemas agroalimentares territorializados; ODS/ONU; Carta da terra.

A coordenação do curso deverá prever tempo de, no mínimo, uma (1) vez por bimestre para os docentes e técnicos administrativos do campus IFC Santa Rosa do Sul, de forma conjunta, planejarem, acompanharem e avaliarem as ações pedagógicas da EJA-EPT.

Os encontros para construir as atividades integradas junto às escolas parceiras ocorrerão segundo as demandas das disciplinas ofertadas, devendo aos docentes responsáveis



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

estabelecerem o diálogo com os pares.

As práticas profissionais como parte do componente curricular são as atividades que permeiam a matriz curricular, onde será possível relacionar os aspectos teóricos e práticos na construção do conhecimento, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos podendo desenvolver-se como:

I - Aulas Práticas: atividades executadas nos componentes curriculares na forma de ações práticas, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos.

II - Oficinas: atividades práticas propostas dentro de componentes curriculares, programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a troca de conhecimentos entre os envolvidos e capacitação, ou seja, é uma atividade com etapas de início, meio e fim. As oficinas poderão ocorrer na forma de realização de experimentos nos quais os discentes vivenciam na prática atividades relacionadas ao exercício da profissão; por meio de minicursos e/ou workshops onde os participantes desenvolvam atividades práticas, melhorando as habilidades e competências do profissional; através de dinâmicas orientadas pelos docentes e técnicos administrativos, quando for o caso;

III - Visitas Técnicas: atividade didático-pedagógica supervisionada que tem por objetivo: proporcionar a interação dos discentes do IFC com o mundo do trabalho, processos e serviços in loco; propiciar o aprimoramento da formação profissional e pessoal; promover a ampliação do conhecimento de mundo; oportunizar o contato dos discentes com outros espaços de aprendizagem. É considerada visita técnica: visita a instituições públicas ou privadas; visita a empresas ou institutos de pesquisa, de serviços ou produção; visita a propriedades rurais ou locais públicos; participação de grupo de discentes em feira, congresso, seminário ou eventos similares.

Face ao exposto, a prática profissional do Curso de Qualificação em Agricultura Familiar prevê, aproximadamente, 60% da carga horária total do curso em atividades práticas e 40% em atividades teóricas.

A organização dos tempos e espaços de aprendizagem do Curso de Qualificação em Agricultura Familiar será norteada pelo Regime de Alternância (RA), tendo duas atividades por mês de Tempo Escola (TE) e ao menos uma atividade por mês de Tempo Comunidade (TC), conforme segue:

Tempo Escola (TE): atividades presenciais a serem desenvolvidas em escolas; em visitas técnicas (APLs); locais apropriados dos municípios parceiros e/ou Campus do IFC Santa Rosa do Sul. Nesse momento os estudantes terão acesso aos materiais impressos, às discussões/problematizações das temáticas abordadas e às orientações para o desenvolvimento das atividades no TC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

Tempo Comunidade (TC): atividades a serem desenvolvidas na comunidade e/ou município/território dos educandos envolvendo os conceitos teóricos abordados no TE, a fim de refletirem sobre a relação teoria x prática. Essas atividades podem ser diversificadas, a depender dos critérios utilizados pelos docentes, podendo variar entre, por exemplo, entrevistas, questionários, maquetes, pesquisa, construção de um experimento, entre outros. Cada componente curricular do curso deverá utilizar até 30% da sua respectiva carga horária para atividades do TC.

12. Instrumentos de Avaliação

A avaliação na EJA-EPT considerará as seguintes dimensões:

I – Diagnóstica: caracteriza o desenvolvimento do estudante no processo de ensino-aprendizagem, visualizando avanços e dificuldades, realizando ajustes e tomando decisões necessárias às estratégias de ensino e ao desempenho dos sujeitos do processo;

II – Processual: reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes tempos, por processos singulares e particulares de cada sujeito, tem ritmo próprio e lógicas diversas, em função de experiências anteriores mediadas por necessidades múltiplas e por vivências individuais que integram e compõem o repertório a partir do qual realiza novos aprendizados e ressignifica os antigos;

III – Formativa: assegura ao sujeito a consciência da atividade que desenvolve e dos objetivos da aprendizagem, podendo participar da regulação da atividade, segundo estratégias metacognitivas que precisam ser compreendidas pelos professores. Pode expressar seus erros, como hipóteses de aprendizagem, limitações, expressões do que sabe, do que não sabe e do que precisa saber;

IV – Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do estudante no bimestre/semestre através de menções, relatórios ou notas.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes, prevista no PPC e no Plano de Ensino de cada componente curricular, será contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação processual de aprendizagem: **I** – Avaliação escrita, com questões a mais para escolha e/ou com questões elaboradas pelo estudante; **II** – Avaliação oral ou prático-oral; **III** – Avaliação prática; **IV** – Trabalho individual ou em grupo; **V** – Seminário, mostra, feira; **VI** – Estudo de caso; **VII** – Resenha e artigo; **VIII** – Relatório de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

atividades; **IX** – Relatório de visita técnica; **X** – Portfólio; **XI** – Webquest; **XII** – Autoavaliação; **XIII** – Dramatização, performance e outras formas de comunicação; **XIV** – Desenho; **XV** – Maquete; **XVI** – Experimentação; **XVII** – Álbum; **XVIII** – Projeto; **XIX** – Mapa Conceitual; **XX** – Debate, entre outros.

O docente poderá adotar os instrumentos de avaliação que julgar mais adequados e eficientes para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para fins de registro no Diário de Classe, deve-se adotar escala de notas. Em cada etapa deverão ser utilizados instrumentos diversos de avaliação.

O professor informará ao estudante os resultados da avaliação de sua aprendizagem, a fim de que estudante e professor possam, juntos, criar condições para retomar aspectos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos e programar estudos de recuperação paralela durante o processo de ensino-aprendizagem.

13. Condições para Aprovação/Certificação

Será considerado aprovado no componente curricular o discente dos cursos da EJA-EPT que satisfazer, concomitantemente, as seguintes condições mínimas:

I - frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total dos componentes curriculares do Curso EJA Qualificação Profissional

II - aproveitamento final igual ou superior a 6,0 (seis) em cada componente curricular cursado no período avaliativo.

Não há Exames nos cursos da EJA-EPT do IFC, considerando que o processo de recuperação paralela ocorre ao longo de todo o período letivo com intervenções pedagógicas que auxiliem o estudante no processo de aprendizagem.

O processo avaliativo deve possibilitar que todos os estudantes alcancem uma aprendizagem suficiente, de acordo com os objetivos e critérios construídos nos planos de ensino de forma coerente com o PPC, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

14. Certificação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

O estudante que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular terá direito a certificação com validade nacional. A responsabilidade pela certificação profissional será do IFC, enquanto a certificação da formação geral será da rede parceira.

15. Cronograma

- Inscrições: outubro e novembro de 2024
- Matrículas: dezembro de 2024
- Início das aulas: março de 2025
- Realização das aulas: março a novembro de 2025.

16. Infraestrutura física e equipamentos

=> IFC Campus Santa Rosa do Sul:

- Biblioteca
- Setor de cópias
- Áreas de ensino específicas: salas de aulas, auditórios (1, 2 e 3), laboratórios, salas de reuniões
- Centro cultural
- Museu
- Ginásio, Quadra poliesportiva, campo de futebol
- Refeitório
- Área coberta da Cantina e Anfiteatro
- Bloco de alojamento Masculino
- Casas Alojamento feminino
- Bloco alojamento feminino
- Sala de Coordenação de Curso
- Salas de pesquisa, estágios e extensão
- DEPE com sala de reunião
- Bloco SISAE com Sala Adm, sala Psicólogo, consultório médico, odontológico, sala de observação, vestiários, depósito
- Sala dos professores (com copa e banheiros)
- Sala NAPNE
- Secretaria de Registros escolares
- Lavanderia
- Sala do Grêmio Estudantil



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

- Salas de aula
 - Auditório
 - Laboratório de informática
 - Áreas de produção relacionadas às disciplinas de práticas profissionais do curso
- => Instituições parceiras:
- Salas de aula
 - Refeitório

17. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Muito além da economia verde. São Paulo: Abril, 2012.

BERDEGUÉ, J.A; FAVARETO, A. Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, No. 32. Santiago de Chile. FAO, 2019. Disponível em: https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2019/10/2019_berdegue_favareto_dtr_seriefaoagenda2030.pdf. Acesso em: 20/03/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Base Proeja: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6/2012. 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154. 23 de julho 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; JORGE, Tiago Pereira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Características socioeconômicas da Região do Extremo Sul Catarinense: uma análise entre o rural e o urbano. Revista NECAT – Ano 3, n.º 6, Jul-Dez de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=EDUCA%C3%87%C3%83O>. Acesso em: 26/06/2024.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

escolar 2023. Brasília, 22 de fevereiro de 2023.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Relatório de pesquisa no. 202309221. A escolaridade da população jovem, adulta e idosa no Brasil, na região Sul e em Santa Catarina e as demandas potenciais de matrícula na EJA: do direito constitucional ao descaso político. Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 2023/2024.

SAUER, S.; BALESTRO, M.V. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.; BALESTRO, M.V. (orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VIEIRA, P., CAZELLA, A.A., CERDAN, C., CARRIÈRE, J.P. (orgs). Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010